

INTRODUÇÃO

Em conformidade com a alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), são elaborados os documentos de prestação de contas referentes ao ano económico de 2013, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º do mesmo diploma legal, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais).

Em conformidade com a alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o órgão executivo envia as contas ao Tribunal de Contas.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as contas consolidadas do grupo municipal, composto pelo Município de Óbidos e pela empresa municipal Óbidos Criativa – EEM, serão submetidas para apreciação da Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de junho, pelo que não constam dos documentos de prestação de contas individuais agora apresentados.

A prestação de contas é constituída pelos documentos mencionados no n.º 2 do ponto 2 e nos pontos 2.1, 2.2, 2.3.3, 2.3.4 e 2.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Fazem ainda parte integrante da prestação de contas de 2013 a certificação legal de contas e o parecer apresentados pela sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Apesar de ter ocorrido processo eleitoral em 2013, de acordo com o n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, *“as contas serão prestadas por anos económicos e elaboradas pelos responsáveis da respetiva gerência ou, se estes tiverem cessado funções, por aqueles que lhes sucederem, sem prejuízo do dever de recíproca colaboração”*.

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e é um dos documentos da prestação de contas, elaborado de acordo com o ponto n.º 13 do POCAL e o n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º

43/2012, de 28 de agosto (PAEL). Tem por finalidade a sistematização da informação orçamental, numa ótica de receitas e despesas, mas também numa perspetiva financeira de custos e proveitos. Caracteriza-se ainda por ser um instrumento fundamental na aferição da qualidade da gestão municipal, através da avaliação dos rácios económico-financeiros e do grau de eficiência e eficácia dos recursos face aos objetivos propostos.

O presente documento é direcionado para várias vertentes de análise, começando pela informação dos recursos humanos afetos ao Município. A execução do Orçamento da receita e da despesa, bem como das grandes opções do plano e em particular os investimentos, também serão objeto de detalhe. Numa perspetiva financeira, o balanço, a demonstração de resultados e os respetivos rácios evidenciam a performance financeira do município em 2013.

Em cumprimento da legislação, e pelo facto do Município de Óbidos ter recorrido ao Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), o relatório de gestão terá informação específica sobre este assunto.

O relatório de gestão pretende assim dar a conhecer a todos, de forma assertiva e detalhada, a situação orçamental e financeira do Município de Óbidos no ano de 2013 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

Na senda dos anteriores executivos, a atual gestão do município obteve a positiva colaboração dos diferentes intervenientes locais – Autarcas, dirigentes e funcionários municipais, munícipes, organizações particulares, coletividades, empresas e demais entidades públicas e privadas.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

1.1. ANÁLISE SUMÁRIA

A prestação de contas do ano económico de 2013, apesar de abranger dois executivos, será tratada de forma sucessiva, não se considerando necessária a referência aos dois períodos de gerência, uma vez que as prioridades e políticas de ambos os executivos seguem uma linha de continuidade.

Em 2013, as prioridades do Município de Óbidos continuaram a manter-se fiéis ao programa eleitoral sufragado pelos munícipes em 2009 e agora corroborado em 2013, e agregam-se em 3 grandes objetivos que se passam a analisar, na ótica da despesa realizada: educação; desenvolvimento comunitário e o desenvolvimento económico - competitividade/criatividade.

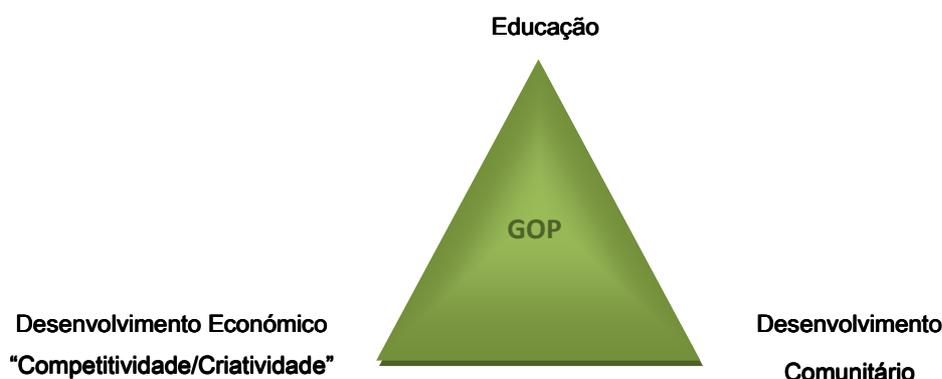
Apesar das contingências externas, a materialização da atividade municipal e dos objetivos estratégicos do Município de Óbidos conduziram a níveis da saúde financeira invejáveis, não só no contexto regional, mas principalmente no contexto nacional de grandes dificuldades para as autarquias locais.

Os principais indicadores económico-financeiros revelam precisamente esta situação, com um grau de **liquidez geral de 499,48%**, uma **autonomia financeira de 68,23%** e uma **solvabilidade de 213,57%**.

De referir também a **redução efetiva do stock da dívida**, ou seja, a redução da dívida global (de curto, médio e longo prazo). **A dívida de curto prazo, face a 2012, reduziu 3.578.414,90€**, enquanto a **dívida total diminuiu 609.432,47€**. Aliás, desde 2010 que se verifica a tendência decrescente do stock da dívida. Comparativamente com 2010, ano em que se registou a dívida total mais elevada, verifica-se uma redução de 3.175.385,10€. Focando apenas a **dívida de curto prazo, desde 2009 que esta já diminuiu mais de 8.098.116,24€**.

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam o Plano Plurianual de

Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM), ou sejam as atividades mais relevantes.



A Educação continua, em 2013, a ocupar lugar de destaque nos investimentos do Município (33%). Quando se fala de Educação em Óbidos, não será possível restringir o tema aos investimentos que têm sido realizados nos últimos anos, que continuaram no ano 2013 e que têm reputado forte peso na execução orçamental do último mandato 2009-2013. Será assim obrigatório abordar o tema *lato sensu*, avaliando de igual modo as consequências destes investimentos no potencial humano e social do Concelho.

Por investimentos na Educação, devem considerar-se todo o conjunto de despesas inerentes a esta área, sejam a aquisição de refeições, os transportes escolares, as bolsas de estudo, o Programa Crescer Melhor, os projetos pedagógicos como o ensino de pintura e a "Escola na Horta" no ensino pré-escolar, as atividades de animação pedagógica, nomeadamente, com a oferta de livros a todos os alunos do concelho, o apetrechamento informático das escolas, bem como os "investimentos não palpáveis" como sejam a aposta na criatividade dos alunos, animadores e professores, o estudo e preparação para a implementação da Escola Municipal, a disponibilização das piscinas municipais para os alunos do ensino pré-escolar e o fomento da participação de pais e encarregados de educação na vivência e no percurso escolar dos seus educandos.

Como se pode verificar, a Educação não pode estar dissociada do Desenvolvimento Comunitário, garantindo uma igualdade de oportunidades a todos os alunos do Concelho. Porém, o Desenvolvimento Comunitário alarga o seu leque de ação a todos os munícipes, quer seja através

dos apoios ao programa Enxoval do recém-nascido, ao programa Melhor Idade, ao apoio social a munícipes desfavorecidos, ao programa Óbidos Solidário, bem como à atribuição de apoios a instituições com intervenção social.

Pese embora as despesas de funcionamento sejam assim classificadas em termos das GOP, também estas não poderão ser dissociadas de todo o funcionamento do Município em prol dos seus munícipes. As despesas de funcionamento estão, pois, diretamente relacionadas com os programas, projetos e ações acima referidas, permitindo que os munícipes possam usufruir por exemplo de melhores escolas, mais apoios às famílias, melhores condições para os idosos, desporto para todos. Num cenário conjuntural como o que se tem vivido, será essencial que o Município possa garantir este tipo de apoios aos seus munícipes, disponibilizando meios para a satisfação das suas necessidades básicas.

Apesar das transferências para as freguesias não se enquadrarem nesta classificação de despesas de funcionamento, mais não são do que apoios diretos do Município e das freguesias para resposta às necessidades das populações.

Da análise das GOP não se visualizam diretamente os investimentos no setor do turismo e da cultura. No entanto, este tem sido e será também um dos setores relevantes na estratégia do executivo, para o quanto é desenvolvido especificamente pela empresa municipal Óbidos Criativa – EEM. Não sendo despesa direta do Município, consta das GOP na classificação funcional de subsídios e apoios diversos.

Como vértice fundamental para o desenvolvimento e crescimento do concelho, a competitividade aliada à criatividade estiveram patentes na execução das GOP, principalmente no que concerne ao apoio à construção dos edifícios centrais do Parque Tecnológico, mas também na criação de infraestruturas de apoio à criatividade, como os espaços criativos.

De referir ainda que para além do acima referido, não podem deixar de constar nas GOP as despesas e os investimentos na manutenção da rede viária, das redes de águas e saneamento, bem

como com a recolha de resíduos urbanos. São despesas transversais e indissociáveis de qualquer execução orçamental, embora em 2013 reflitam os pagamentos em atraso efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

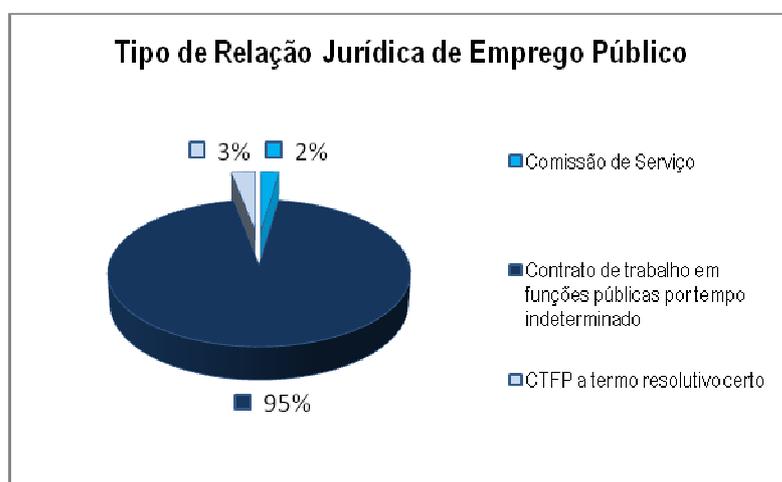
A execução, quer das GOP, quer do Orçamento da Despesa, refletem as orientações legais do Orçamento do Estado para 2013 e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), nomeadamente no que respeita às despesas com pessoal e às dívidas a terceiros.

1.2. RECURSOS HUMANOS

1.2.1. CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1.2.1.1. Efetivos Globais

Em 31 de dezembro de 2013, o Município de Óbidos possuía um total de 304 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma: 7 em Comissão de Serviço, 288 com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e 9 com Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo.



Fonte: Balanço Social 2013

Contagem por grupo de pessoal segundo género

Grupos de Pessoal	Homens	Mulheres	Total	%
Dirigente	1	1	2	0,66
Técnico Superior	9	28	37	12,17
Assistente Técnico	20	34	54	17,76
Assistente Operacional	84	111	195	64,14
Informática	5	0	5	1,64
Outros	7	4	11	3,63
TOTAIS	126	178	304	100,00

Fonte: Balanço Social 2013.

1.1.1. Evolução dos Recursos Humanos

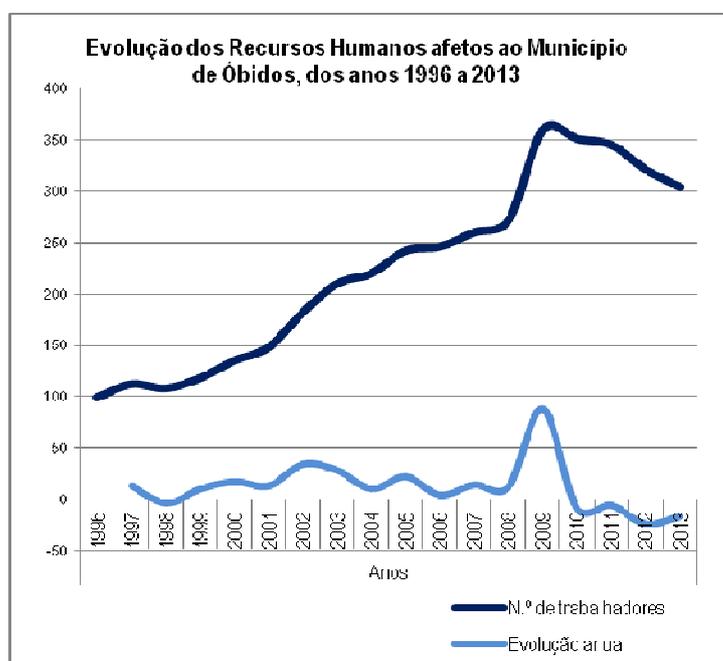
Da análise da evolução anual do número de trabalhadores de 1996 a 2013 pode concluir-se que o aumento mais significativo ocorreu do ano de 2008 para 2009 altura em que foram transferidas para o Município as competências no âmbito do pessoal não docente afeto às escolas em Óbidos.

Evolução dos Recursos Humanos afetos ao Município de Óbidos, dos anos 1996 a 2013

	Anos																	
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
N.º de trabalhadores	99	112	108	118	135	148	182	210	220	242	246	260	272	360	351	345	321	304
Evolução anual		13	-4	10	17	13	34	28	10	22	4	14	12	88	-9	-6	-24	-17

Fonte: Balanço Social dos anos 1996 a 2013.

Desde 2010 que se verifica um decréscimo continuado do número de trabalhadores em consequência das sucessivas restrições ao recrutamento e necessidade de redução do número de efetivos por imposição do Orçamento de Estado.



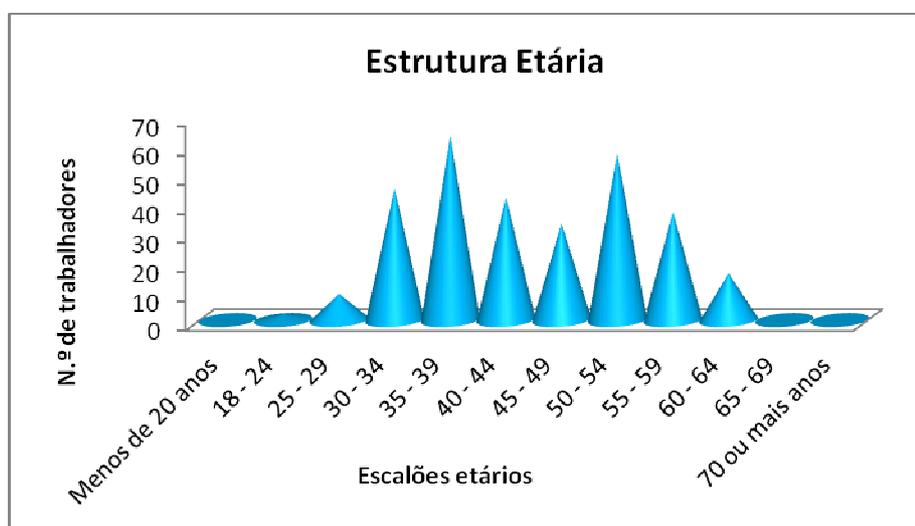
Fonte: Balanço Social dos anos 1996 a 2013

1.1.2. Grupo de Pessoal

Em relação ao ano de 2012, verificou-se no total dos trabalhadores um decréscimo de 17 trabalhadores, resultado da saída de 34 trabalhadores e admissão e regresso de 17 trabalhadores.

1.1.3. Estrutura Etária

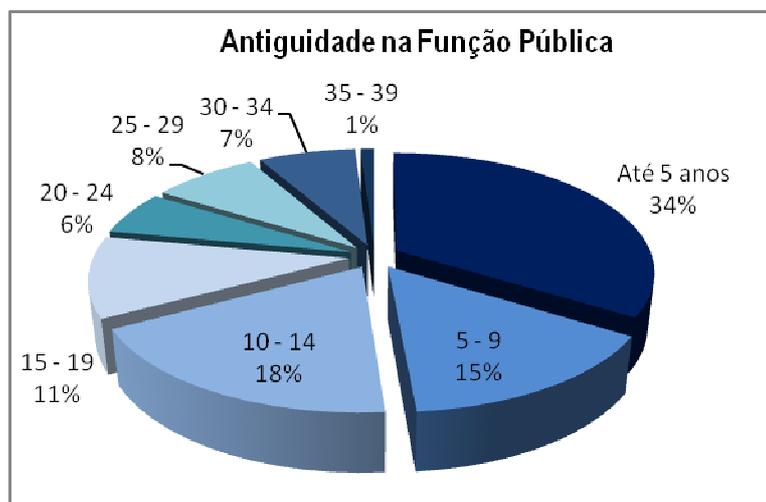
Verifica-se um equilíbrio etário, não existindo trabalhadores com menos de 20 anos, nem com mais de 70 anos. 50 % dos trabalhadores estão distribuídos em três faixas etárias: 45 trabalhadores na faixa etária dos 30 – 34 anos, 63 dos 35 – 39 anos e 42 dos 40 – 44 anos.



Fonte: Balanço Social 2013

1.1.4. Antiguidade na Função Pública

Este estudo permite concluir que 34 % dos trabalhadores desempenha funções no Município de Óbidos há 5 anos, com grande incidência na carreira de Assistente Operacional e 15 % de 5 a 9 anos, concluindo-se que 49 % apresenta um nível de antiguidade até aos 9 anos. Os restantes 51 % encontram-se distribuídos da seguinte forma: 29 % de forma idêntica dos 10 aos 19 anos e os restantes 22 % dos 20 aos 39 anos de antiguidade.

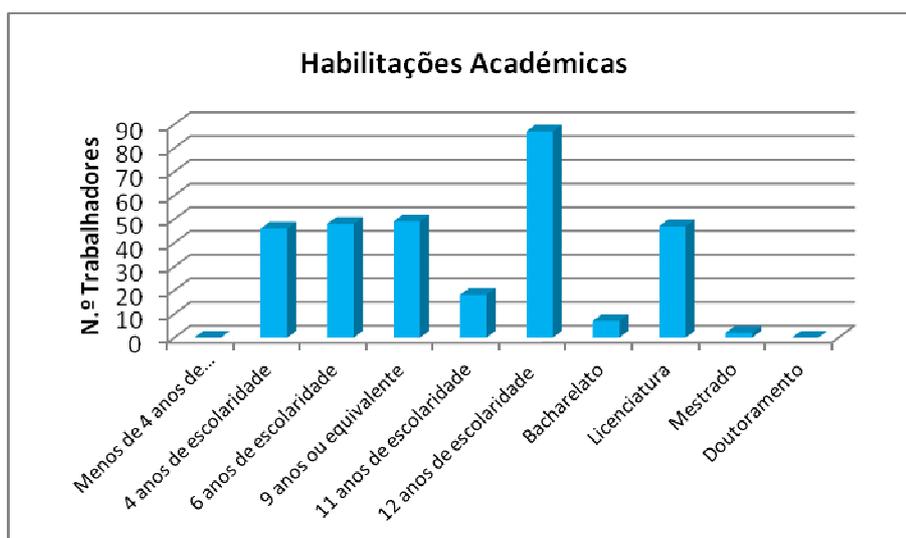


Fonte: Balanço Social 2013

1.1.5. Habilitações Académicas

Na carreira de Assistente Operacional situa-se o nível de instrução mais baixo, 46 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade, 45 o 6.º ano e 41, o 9.º ano de escolaridade, representando 68 % do total de efetivos na categoria.

No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade destacam-se, o 12.º ano com 87 trabalhadores e a Licenciatura com 47 trabalhadores, representando respetivamente 29 % e 15 % do total dos efetivos.



Fonte: Balanço Social 2013

1.1.6. Trabalhadores com Necessidades Especiais

É de 6 o número de trabalhadores beneficiários de redução fiscal em virtude de serem portadores de deficiência a que corresponde uma taxa de 2 % do total de trabalhadores, sendo 3 trabalhadores do sexo masculino e 3 do sexo feminino.



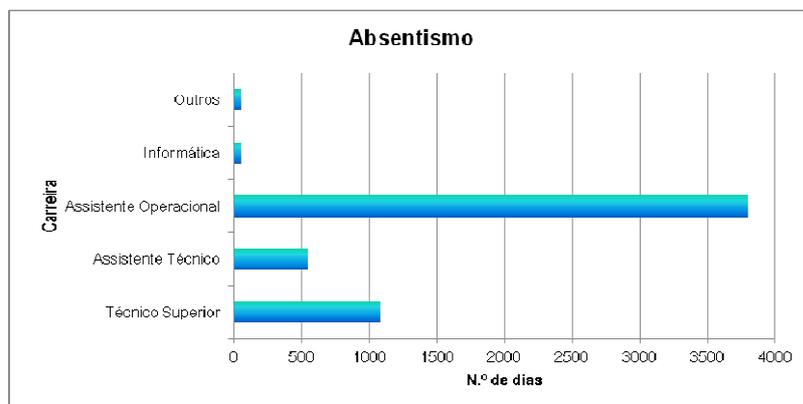
Fonte: Balanço Social 2013

1.1. COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

1.1.1. Absentismo

O nível de absentismo, bem como a análise dos fatores que lhe deram origem constitui um indicador expressivo sobre a situação social da Organização. A doença é a principal causa de absentismo, com 47 %, incidindo principalmente na carreira de Assistente Operacional sendo 81 % destes responsáveis por esta causa de absentismo.

A outra causa de absentismo é a Proteção na Parentalidade, assumindo valores de 19 %.



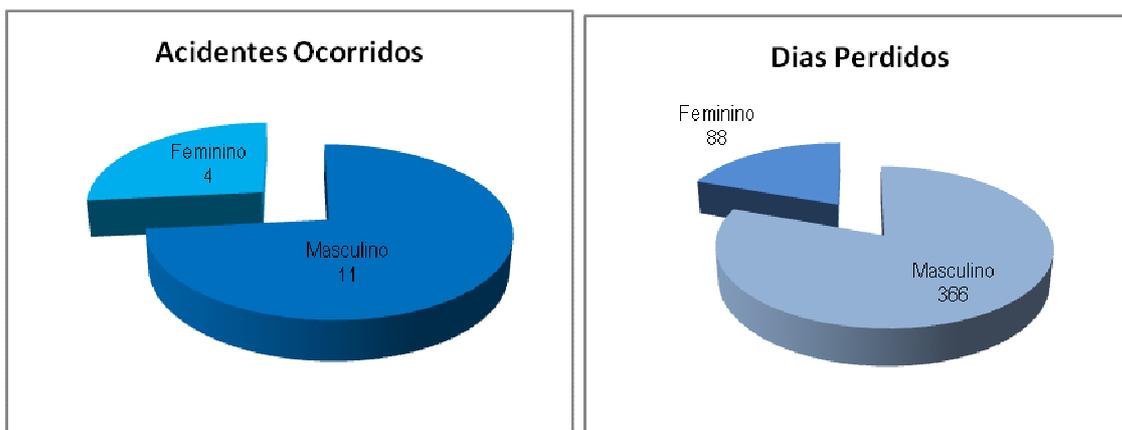
Fonte: Balanço Social 2013

1.1.2. Disciplina

Durante o ano de 2013 não foram instaurados processos disciplinares.

1.1.3. Higiene e Segurança no Trabalho

Durante o ano de 2013 ocorreram 15 acidentes em serviço, com predominância na carreira de Assistente Operacional. Do total de acidentes de trabalho resultaram 454 dias perdidos com baixa.



Fonte: Balanço Social 2013

1.1.4. Despesas com Pessoal e Outros Encargos

As despesas com pessoal durante o ano de 2013 foram de 5.065.538,67 €, à exceção da remuneração base e outros encargos, as prestações sociais (6,3 %), que incluem o abono de família, subsídio no âmbito da proteção da parentalidade, subsídio de refeição e bonificação por deficiência refletem uma considerável fatia da despesa.

Encargos com Pessoal

Encargos com Pessoal	Valor
Remuneração base	3.594.608,43 €
Trabalho extraordinário	9.852,18 €
Trabalho em dias de descanso semanal complementar e feriados	20.744,80 €
Outros encargos com pessoal ¹	1.041.055,66 €
Trabalho por turnos	36.334,90 €
Abono para falhas	3.747,22 €
Ajudas de custo	4.474,17 €
Representação	34.740,09 €
Prestações sociais	319.981,22 €
Prémio de desempenho	00,00 €
TOTAL	5.065.538,67 €

Fonte: Balanço Social 2013

1.1.5. Assistência e Proteção Social

Durante o ano de 2013 os encargos com a Assistência e Proteção Social são os apresentados no quadro abaixo, verificando-se uma forte comparticipação nas despesas relacionadas com Estomatologia e Óculos.

¹ Inclui encargos com pessoal com contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, Seguros, Pessoal Aguardando Aposentação e Pessoal em Regime de Contrato ou Avença.

Assistência e Proteção Social

Designação	Valor
A.D.S.E. Óculos	10.818,35 €
A.D.S.E. Estomatologia	4.963,06 €
A.D.S.E. Consultas	5.060,73 €
A.D.S.E. Transportes	919,22 €
A.D.S.E. Exames	1.487,07 €
A.D.S.E. Prótese Dentária	3.088,67 €
A.D.S.E. Encargos Saúde	1.474,59 €
Faturas pagas à A.D.S.E. e SNS	107.412,43 €
TOTAL	135.224,12 €

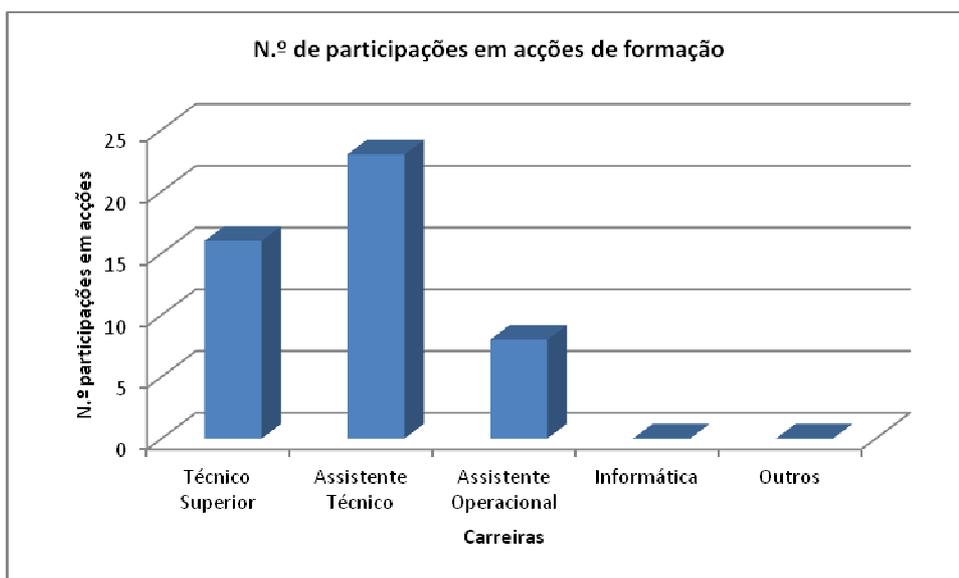
Fonte: Balanço Social 2013

1.2. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1.2.1. Formação Profissional

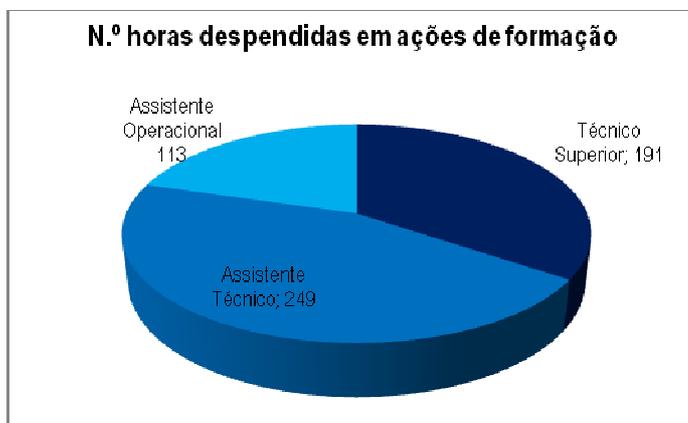
Em 2013, registaram-se 21 participações em ações de formação externas e 26 participações em ações de formação internas, sendo o número total de ações de formação de 12, 7 inferiores a 30 horas, 3 entre 30 a 59 horas e 2 entre 60 e 119 horas.

A carreira com maior número de participações foi a de Assistente Técnico com 23.



Fonte: Balanço Social 2013

O número total de horas despendidas em formação durante o ano de 2013 foi de 553 horas.



Fonte: Balanço Social 2013

Os encargos pagos com a formação durante o citado ano registaram um total de 290,00€.

1.3. MOBILIDADE DOS RECURSOS HUMANOS

1.3.1. Admissão de Pessoal

A mobilidade de recursos humanos e as diversas formas que pode assumir, constitui um dos mais relevantes instrumentos da sua gestão, refletindo de forma clara, o grau de valorização e de motivação dos funcionários, como um fator decisivo na obtenção de melhores níveis de produtividade e eficiência.

Durante o ano de 2013, foram admitidos para o mapa do Município de Óbidos 7 trabalhadores na modalidade de relação jurídica de contrato de trabalho a termo resolutivo, para assegurar as atividades de enriquecimento curricular e 2 trabalhadores na modalidade de relação jurídica de contrato de trabalho por tempo indeterminado para assegurar as refeições na Cozinha e Catering. Regressaram 2 trabalhadores da situação de licença sem remuneração, 5 admissões para o Gabinete de Apoio e 1 Comandante Operacional Municipal.

1.3.2. Saídas de Pessoal

Ao longo do ano de 2013 saíram 34 trabalhadores, dos quais 17 por caducidade de contrato de trabalho, 6 por aposentação, 6 por cessação da comissão de serviço, 4 por licença sem remuneração e 1 por consolidação de mobilidade interna.

Motivos de Saída

Motivos de saída	Totais
Aposentação	6
Cessação da comissão de serviço	6
Caducidade de contrato de trabalho	17
Licença sem remuneração	4
Consolidação de mobilidade interna	1
TOTAIS	34

Fonte: Balanço Social 2013

1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução do Orçamento, permite conhecer os recebimentos, os compromissos e os pagamentos efectuados durante o exercício económico de 2013, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por sector de actividade.

Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

A **receita total em 2013 foi de € 19.334.949,13 (60,36%)**, mantendo-se ao nível do ano anterior. A receita total arrecadada é constituída por receitas correntes de € 12.456.289,93 (71,90%), por receitas de capital de € 6.878.659,20 (46,77%) e por outras receitas (reposições não abatidas nos pagamentos) de apenas € 362,26, sem expressividade em termos orçamentais.

A **despesa totalizou € 19.587.987,46 (61,15%)**, decomposta por € 13.348.256,81 (77,18%) de despesas correntes e por € 6.239.730,65 (42,34%) de despesas de investimento. Em termos das despesas correntes, deve ser analisada a perspetiva da execução física (compromissos) e da execução financeira (pagamentos).

A execução física da despesa corrente diminuiu 1.383.830,36€ (8%) comparativamente com 2012, o que traduz uma redução efetiva dos compromissos com despesas de carácter corrente, designadamente, com as aquisições de bens e serviços. Aliás, já desde 2010 que veem sendo implementadas medidas de contenção de despesa, cujo resultado se tem notado na execução física (compromissos) desde então.

No entanto, a execução financeira aumentou em 9% face aos pagamentos do ano anterior. O ano 2013 foi um ano atípico em termos de execução financeira, pois inclui todos os pagamentos no âmbito do PAEL, acrescendo excecionalmente o volume de pagamentos orçamentais.

Impulsionadas pela execução física da empreitada para a requalificação da Escola Básica e Secundária Josefa d'Óbidos, as despesas de investimentos aumentaram 41%, registando um incremento de 66% nos pagamentos.

Em termos totais, a execução física do Orçamento da Despesa aumentou em apenas 7%, verificando-se um aumento de 22% nos pagamentos totais. Deste cômputo, resulta uma diminuição real da dívida a terceiros de curto prazo na ordem dos 55% (3.578.414,90€).

Sabendo que o Município de Óbidos recorreu ao PAEL, será tentador perspetivar que a diminuição da dívida de curto prazo se concretizou por contrapartida direta do aumento da dívida de longo prazo. Pois, analisando os números, tal constatação não será tão linear. A dívida de longo prazo a 31/12/2013 regista um aumento na ordem dos 2.968.982,43€ (*vide* ponto 3.3) enquanto a dívida de curto prazo diminuiu em 3.578.414,97€. Verifica-se, portanto, uma **real diminuição da dívida de curto prazo suportada por autofinanciamento de 609.432,47€**.

QUADRO 1 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL /2013

(Euros)

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO FISICA	EXECUÇÃO FINANCEIRA	% EXEC. FISICA	% EXEC. FIN.	% PESO P/ RUBRICA
Receitas Correntes	17.323.317,28	12.456.289,93	12.456.289,93	71,90	71,90	64,42
Receitas de Capital	14.705.555,11	6.878.546,61	6.878.546,61	46,78	46,78	35,58
Outras Receitas	3.000,00	112,59	112,59	3,75	3,75	0,00
Total das Receitas	32.031.872,39	19.334.949,13	19.334.949,13	60,36	60,36	100,00
Despesas Correntes	17.294.169,25	15.077.846,95	13.348.256,81	87,18	77,18	68,15
Despesas de Capital	14.737.703,14	10.772.146,18	6.239.730,65	73,09	42,34	31,85
Total das Despesas	32.031.872,39	25.849.993,13	19.587.987,46	80,70	61,15	100,00

Fonte: Resumo da Execução da Receita e da Despesa 2013

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DOS CASH FLOW/SALDO DE GERÊNCIA

(Euros)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Saldo de gerência/Cash flow	387.557,30	564.998,27	354.771,93	147.504,89	321.656,61	1.064.106,15	1.115.209,96	862.171,63

Fonte: Resumo dos fluxos de caixa anual 2006 a 2013

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS CASH FLOW (€) 2006-2013



Fonte: Resumo dos fluxos de caixa anual 2006 a 2013

Numa perspetiva de recebimentos e pagamentos, que é a perspetiva da execução orçamental, apenas referir que para o cálculo dos cash flow apresentados se consideraram apenas os movimentos orçamentais.

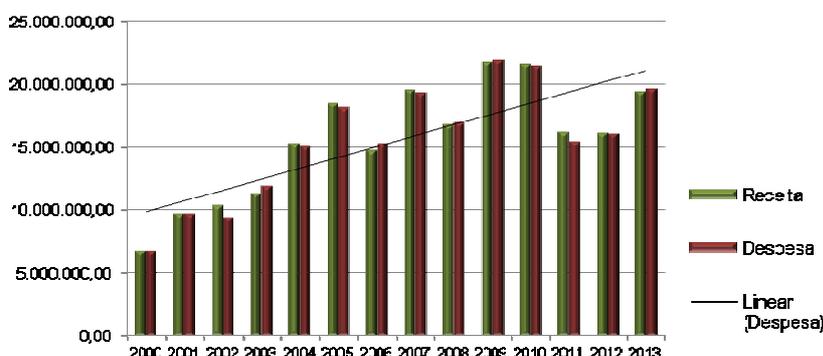
QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2006-2013

(Euros)

Evolução da execução orçamental								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dotação	26.507.919,90	26.620.981,53	27.957.886,44	40.099.383,11	37.071.387,98	31.178.013,89	27.459.743,00	32.031.872,39
Receita (Execução)	14.709.568,56	19.461.267,31	16.706.991,04	21.690.964,60	21.570.368,33	16.120.991,01	16.070.180,96	19.334.949,13
Receita (Execução %)	55,49%	73,10%	59,76%	54,09%	58,19%	51,71%	58,52%	60,36%
Despesa (Execução)	15.237.102,82	19.283.826,34	16.917.217,38	21.898.231,64	21.396.216,61	15.378.541,47	16.019.077,15	19.587.987,46
Despesa (Execução %)	57,48%	72,44%	60,51%	54,61%	57,72%	49,32%	58,34%	61,15%

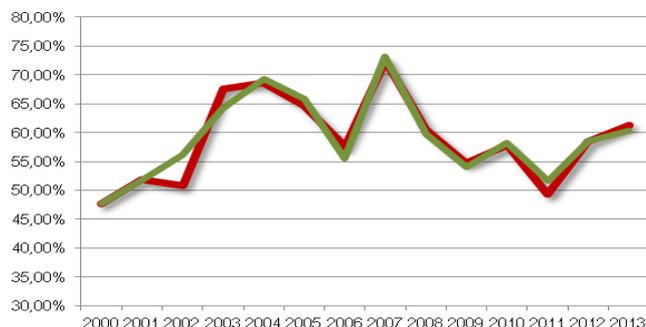
Fonte: Resumo da execução orçamental anual

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2000-2013



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PERCENTUAL (%) 2000-2013



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL CORRENTE 2006-2013

(Euros)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas correntes	11.189.587,71	15.008.920,76	14.494.169,36	14.734.899,38	13.342.771,77	13.110.413,98	13.660.944,87	12.456.289,93
Despesas correntes	9.037.138,85	10.287.813,84	10.994.708,34	12.678.744,66	12.638.245,08	11.405.307,23	12.255.060,67	13.348.256,81

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

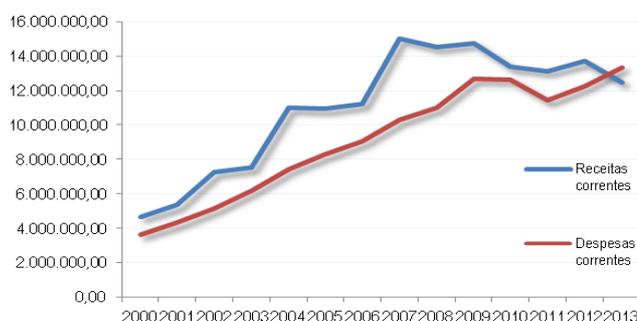
QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE INVESTIMENTO 2006-2013

(Euros)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas capital	3.519.980,85	4.452.346,55	2.208.813,35	6.934.494,24	8.227.476,01	3.010.461,95	6.878.659,20	6.878.546,61
Despesas capital	6.199.963,97	8.996.012,50	5.922.509,04	9.219.486,98	8.757.971,53	3.973.234,24	3.764.016,48	6.239.730,65

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

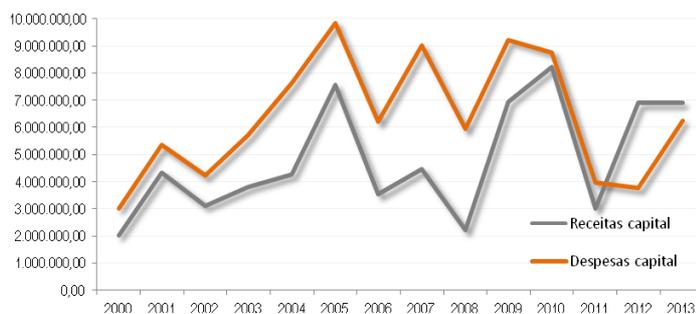
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO – RECEITAS E DESPESAS CORRENTES (€) 2000-2013



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

Em suma, a execução corrente do Orçamento da receita e da despesa tem registado uma evolução controlada e crescente, que tem resistido às condições adversas da realidade nacional.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO – RECEITAS E DESPESAS CAPITAL (€) 2000-2013



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

As oscilações das receitas de capital e dos investimentos prendem-se essencialmente com a execução das obras financiadas e respetivos recebimentos.

1.2.4. ORÇAMENTO DA RECEITA

QUADRO 6 – ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

(Euros)

COMPOSIÇÃO	ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
01. Impostos Diretos	4.666.284,97	4.395.606,20	94,20	35,29
02. Impostos Indiretos	2.984.723,98	1.905.240,47	63,83	15,30
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	169.584,90	149.510,48	88,16	1,20
05. Rendimentos de Propriedade	673.000,00	542.088,84	80,55	4,35
06. Transferências Correntes	3.294.469,00	2.782.660,43	84,46	22,34
07. Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	4.725.254,43	2.499.253,08	52,89	20,06
08. Outras Receitas Correntes	810.000,00	181.930,43	22,46	1,46
Total das Receitas Correntes	17.323.317,28	12.456.289,93	71,90	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2013

Como impostos indiretos são registadas as receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto sobre Transações Onerosas de Bens (IMT) e o Imposto Único de Circulação (IUC). Não há outras receitas registadas, já que o Município de Óbidos não cobra Derrama há já vários anos.

Os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, caracterizam-se essencialmente pelas licenças de obras cobradas a empresas e a pessoas individuais, respetivamente.

Embora o cálculo da previsão da receita tenha por base as regras previsionais – média aritmética dos últimos 24 meses –, os desvios da execução destas rubricas face ao orçamentado foram bastante reduzidos, ou seja, verificou-se uma execução de aproximadamente 95%.

No entanto, a venda de bens e serviços regista um desvio negativo entre o previsto e o recebido, que se deve certamente, entre outros, aos seguintes fatores, a saber:

- a diminuição do rendimento mensal das famílias tem implicações ao nível da aplicação dos escalões de IRS para efeitos de pagamento de refeições, nas mensalidades do programa Crescer Melhor e transportes escolares. Quanto menor o rendimento familiar, menor a sua comparticipação na aquisição destes bens e serviços e menor receita do Município;
- esta dificuldade também se verifica no pagamento atempado das despesas mensais como seja a água, significando uma receita efetiva inferior à prevista, aumentando a receita por cobrar no final do ano.

Importa referir que também **as receitas provenientes da Administração Central têm uma tendência decrescente**. As transferências do FEF têm sido reduzidas na ordem dos 5%, anualmente, ao mesmo tempo que a compensação pela delegação de competências no âmbito da Educação também tem sido cada vez menor, embora as valências asseguradas pelo Município sejam cada vez maiores.

Veja-se, a título exemplificativo, os custos que o Município tem com os **transportes escolares**, face à compensação por parte do Ministério da Educação. Em 2013, foram faturados 249.773,42€ de serviços de transportes escolares, enquanto a receita transferida foi de 39.010,00.

Também no caso das **refeições escolares** se verifica uma enorme décalage entre a despesa e a receita transferida pela Administração Central. Veja-se que em 2013 foram faturados 337.882,24€, sendo a receita transferida de apenas 155.055,34€.

Como se pode constatar pelos exemplos acima, os custos sociais suportados pelo Município são cada vez maiores, de forma a conseguir responder às necessidades da população.

Como rendimentos de propriedade, são registadas as rendas da concessão de infraestruturas à EDP. A execução aquém do previsto deve-se ao facto de não ter sido registado contabilisticamente o 4.º trimestre da renda, a registar em 2014.

Da análise da receita corrente, poderemos concluir que a estrutura das mesmas assenta maioritariamente nas receitas próprias do Município.

QUADRO 7 – ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

(Euros)

COMPOSIÇÃO	ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
09. Venda de Bens de Investimento	77.000,00	15.771,60	20,48	0,23
10. Transferências de Capital	7.420.464,30	2.714.294,29	36,58	39,46
11. Ativos Financeiros	19.564,00	5.127,67	26,21	0,07
12. Passivos Financeiros	3.839.843,76	3.630.627,93	94,55	52,78
13. Outras Receitas de Capital	3.348.683,05	512.725,12	15,31	7,45
15. Reposições não Abatidas nos Pagamentos	3.000,00	112,59	3,75	0,00
Total das Receitas de Capital	14.708.555,11	6.878.659,20	46,77	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2013

As receitas de capital caracterizaram-se por rendimentos com origem externa, como sejam as transferências do Orçamento do Estado (FEF de capital), os financiamentos no âmbito do QREN, as utilizações de empréstimos e as compensações de urbanização por parte dos empreendimentos turísticos.

Os desvios temporais na execução de algumas obras, nomeadamente da escola básica e secundária Josefa d'Óbidos devido aos invernos rigorosos, e os consequentes atrasos no recebimento do financiamento, deram origem a um desvio negativo entre a receita prevista do QREN e a efetivamente recebida.

Quanto aos passivos financeiros, contabilizou-se a utilização do empréstimo no âmbito do PAEL.

1.2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA

Da análise à execução física das despesas correntes, pode-se verificar que esta se situa nos 87% da dotação orçamental, enquanto a execução financeira corresponde a 77% daquela dotação. Situação idêntica a que se verifica nas despesas de investimento, com uma execução física de 73% e uma execução financeira de 42%. A execução física próxima da dotação orçamental é o resultado de uma execução de acordo com o planeado. Ou seja, o Orçamento foi planeado corretamente, tendo por base os programas, projetos e ações que o executivo definiu e cumpriu. A execução orçamental cumpriu as exigências legais em matéria de compromissos e de fundos disponíveis, no âmbito da LCPA.

Na execução da despesa corrente, importa referir que o peso das despesas com pessoal tem vindo a decrescer significativamente face ao total das despesas.

QUADRO 8 – ESTRUTURA DAS DESPESAS

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução		% Exec.		% PESO P/ RUBRICA
		Física	Financeira	Física	Financeira	
01. Despesas com Pessoal	5.528.655,79	5.076.725,66	5.065.538,67	91,83	91,62	37,95
02. Aquisição de Bens e Serviços	8.947.856,85	7.464.314,90	5.858.717,00	83,42	65,48	43,89
03. Juros e Outros Encargos	699.045,33	632.902,52	617.547,81	90,54	88,34	4,63
04. Transferências Correntes	891.308,79	707.366,47	642.528,50	79,36	72,09	4,81
05. Subsídios	441.659,50	440.659,50	440.659,50	99,77	99,77	3,30
06. Outras Despesas Correntes	785.642,99	755.877,90	723.265,33	96,21	92,06	5,42
Total das Despesas Correntes	17.294.169,25	15.077.846,95	13.348.256,81	87,18	77,18	100,00

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução		% Exec.		% PESO P/ RUBRICA
		Física	Financeira	Física	EXECUÇÃO	
07. Aquisição de Bens de Capital	11.933.095,69	9.241.516,89	4.763.969,54	77,44	39,92	76,35
08. Transferências de Capital	1.967.380,43	844.921,39	791.053,21	42,95	40,21	12,68
09. Ativos Financeiros	10.051,00	9.951,00	9.951,00	0,00	0,00	0,16
10. Passivos Financeiros	814.064,62	662.645,50	661.645,50	81,40	81,28	10,60
11. Outras Despesas de Capital	13.111,40	13.111,40	13.111,40	100,00	100,00	0,21
Total das Despesas de Capital	14.737.703,14	10.772.146,18	6.239.730,65	73,09	42,34	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2013

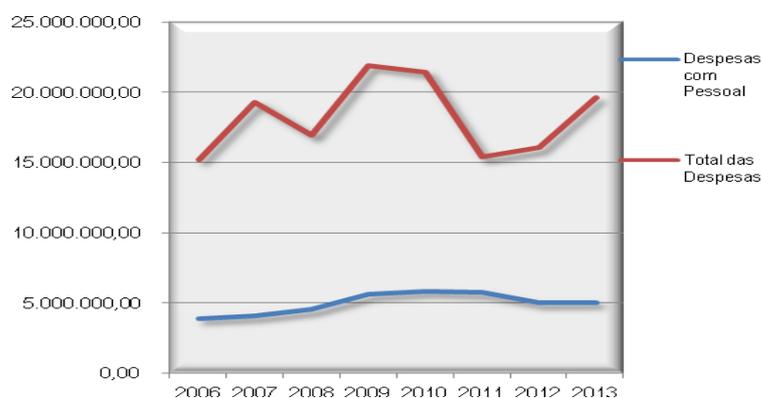
QUADRO 9 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA 2006-2013 (Euros)

Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas com Pessoal	3.917.565,05	4.098.140,31	4.556.322,01	5.656.341,89	5.893.545,29	5.772.117,26	5.035.345,34	5.065.538,67
Total das Despesas	15.237.102,82	19.283.826,34	16.917.217,38	21.898.231,64	21.396.216,61	15.378.541,47	16.019.077,15	19.587.987,46
% Pessoal/Total Despesa	25,71%	21,25%	26,93%	25,83%	27,54%	37,53%	31,43%	25,86%

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

As despesas com pessoal aumentaram exclusivamente com o pagamento do subsídio de férias em 2013, que não se tinha verificado em 2012. O montante do subsídio de férias “extraordinário” foi de 192.938.92€. Apurado este valor, verifica-se que houve um decréscimo efetivo das remunerações do pessoal e respetivos encargos, em cumprimento do previsto no Orçamento do Estado para 2013.

GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA (€)



Fonte: Balancete da Despesa 2006 a 2013

As despesas gerais de funcionamento do Município de Óbidos estão incluídas na AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS correntes, como sejam a electricidade, comunicações fixas e móveis, seguros, assistência técnica, material de escritório e de limpeza, consumíveis de informática, entre outros. Estas despesas apenas se encontram dotadas no orçamento da despesa, não tendo qualquer influência no Plano de Actividades (mais relevantes) – PAM nem no Plano Plurianual de Investimentos – PPI.

Para além dessas despesas, o orçamento inclui todas as restantes despesas do Município, pelo que esta rubrica registará todas as aquisições de bens e serviços referentes ao funcionamento geral, acima referidas, bem como as despesas inerentes aos programas sociais, educação, acção social, armazéns, água, saneamento, RSU e ambiente.

As TRANSFERÊNCIAS CORRENTES refletem os apoios para as Freguesias no âmbito dos protocolos de delegação de competências e para os transportes escolares, os protocolos com os parceiros dos programas sociais, os subsídios às colectividades e associações desportivas, para além dos apoios às famílias (carenciadas) e particulares (bolsas), têm papel relevante na

concretização de diversas acções e programas que, sem a intervenção de terceiros, certamente não conseguiriam maximizar os benefícios às populações.

Os SUBSÍDIOS respeitam ao contrato-programa com a Óbidos Criativa – EEM, para concretização do plano de actividades culturais e turísticas que se propôs para o ano 2013.

Nas OUTRAS DESPESAS CORRENTES são consideradas as despesas que não se enquadram noutras rubricas anteriores, a saber, restituições de cauções de água, pagamento de IVA, indemnizações a munícipes e imposto sobre o rendimento de capitais (contas bancárias).

As AQUISIÇÕES DE BENS DE CAPITAL correspondem aos projectos e acções definidos no PPI, a pormenorizar aquando da análise daquele documento. O ano de 2013 caracterizou-se, em termos de investimentos, pelo desenvolvimento das grandes obras de requalificação da escola básica e secundária Josefa d'Óbidos, dos edifícios centrais do Parque Tecnológico, pelo apoio à construção da nova Igreja das Gaeiras, pela conclusão da empreitada para pavimentação de vários troços e caminhos da rede viária do Concelho entre outros investimentos de manutenção desta rede executados por administração direta.

QUADRO 10 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO POR ORGÂNICA / 2013 (€)

Orgânica	Designação	Execução	% Valor
01	Administração Municipal	13.294.553,19	67,87%
0101	Operações Financeiras	1.280.860,36	6,54%
0102	Assembleia Municipal	10.264,23	0,05%
0103	Administração da Autarquia	12.003.428,60	61,28%
02	Administração Geral	6.293.434,27	32,13%
0201	Divisão Administrativa e Financeira	706.527,25	3,61%
0202	Divisão Planeamento, Gestão Urbanística e Obras Municipais	5.586.907,02	28,52%
Total Geral		19.587.987,46	100,00%

Fonte: Resumo da execução orçamental por orgânica 2013

Com a reestruturação da orgânica municipal, a orgânica 0103 - Administração da Autarquia passou a incluir também a Educação, a área social, o desporto, o gabinete técnico, a gestão de transportes, parque de máquinas e viaturas e as oficinas municipais, para além de espelhar os gastos comuns ao funcionamento do município, como sejam, a electricidade e iluminação pública, os seguros, as contribuições para a segurança social, os contratos a termo resolutivo, as transferências para as freguesias e para as empresas municipais, os apoios aos bombeiros voluntários, às fábricas das igrejas, o IVA pago, os reembolsos de cobrança dos impostos directos, entre outras despesas de menor relevância. Esta orgânica passa a assumir o maior peso face às despesas totais, com 67,87% do total do Orçamento.

O Planeamento, Gestão Urbanística e Obras Municipais, representando 28,52% da execução, inclui a manutenção da rede de águas e rede viária, a limpeza urbana, os espaços verdes, a reabilitação urbana e as obras particulares.

Os Serviços Administrativos e Financeiros englobam as despesas gerais com comunicações, material de limpeza e economato, seguros de pessoal, avença mensal dos CTT, bem como a aquisição de imóveis.

1.3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

QUADRO 11 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS)

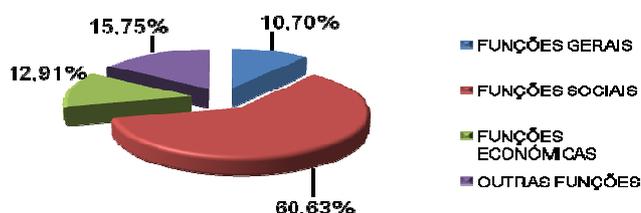
(Euros)

Grandes Opções do Plano (POR SECTORES ESTRUTURAIS)							
Object	Descrição	2013			% Exec. Física	% Exec. Finan.	Peso por rubrica %
		Dotação Final	Execução Física	Pagamento			
1	FUNÇÕES GERAIS	2.311.981,53	1.416.123,22	1.168.496,02	61,25%	50,54%	10,70%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.261.981,53	1.416.123,22	1.168.496,02	62,61%	51,66%	10,70%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.261.981,53	1.416.123,22	1.168.496,02	62,61%	51,66%	10,70%

1.1.1.1.	SERVIÇOS GERAIS	1.576.531,16	813.987,32	811.522,18	51,63%	51,48%	7,43%
1.1.1.2.	INOV-ÓBIDOS	50.720,25	37.677,48	36.863,62	74,28%	72,68%	0,34%
1.1.1.3.	PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS MUNICIPAIS	55.263,06	46.884,99	40.090,70	84,84%	72,55%	0,37%
1.1.1.4.	EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	579.467,06	517.573,43	280.019,52	89,32%	48,32%	2,56%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	50.000,00	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	50.000,00	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	14.345.766,40	12.015.210,01	6.619.938,96	83,75%	46,15%	60,63%
2.1.	EDUCAÇÃO	7.805.224,49	7.756.045,80	3.543.733,78	99,37%	45,40%	32,46%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	7.791.828,99	7.744.166,30	3.531.854,28	99,39%	45,33%	32,35%
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR E BÁSICO	7.791.828,99	7.744.166,30	3.531.854,28	99,39%	45,33%	32,35%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	13.395,50	11.879,50	11.879,50	88,68%	88,68%	0,11%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	70.888,07	63.247,36	42.480,87	89,22%	59,93%	0,39%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	70.888,07	63.247,36	42.480,87	89,22%	59,93%	0,39%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	6.400.041,60	4.170.876,83	3.019.028,45	65,17%	47,17%	27,65%
2.4.1.	HABITAÇÃO SOCIAL	221.864,49	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
2.4.1.1.	HABITAÇÃO SOCIAL	221.864,49	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	583.834,50	472.202,04	196.158,33	80,88%	33,60%	1,80%
2.4.2.1.	REQUALIFICAÇÃO URBANA	231.201,49	179.217,05	129.215,79	77,52%	55,89%	1,18%
2.4.2.2.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO	352.633,01	292.984,99	66.942,54	83,08%	18,98%	0,61%
2.4.3.	SANEAMENTO	2.918.626,49	1.700.529,71	994.107,87	58,26%	34,06%	9,11%
2.4.3.	SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS	2.918.626,49	1.700.529,71	994.107,87	58,26%	34,06%	9,11%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.398.031,95	899.532,49	841.161,62	64,34%	60,17%	7,70%
2.4.4.	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	1.398.031,95	899.532,49	841.161,62	64,34%	60,17%	7,70%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.182.110,58	1.088.897,45	978.481,70	92,11%	82,77%	8,96%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	95.573,59	9.715,14	9.118,93	10,17%	9,54%	0,08%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	69.612,24	25.040,02	14.695,86	35,97%	21,11%	0,13%
2.5.1.	CULTURA	39.801,36	12.061,97	3.750,00	30,31%	9,42%	0,03%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	29.810,88	12.978,05	10.945,86	43,53%	36,72%	0,10%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.981.928,01	1.458.715,82	1.409.836,87	73,60%	71,13%	12,91%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	733.078,14	474.750,66	471.933,14	64,76%	64,38%	4,32%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1.248.849,87	983.965,16	937.903,73	78,79%	75,10%	8,59%
4	OUTRAS FUNÇÕES	3.068.390,35	1.808.032,89	1.719.683,37	58,92%	56,05%	15,75%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	567.030,47	371.697,24	369.917,88	65,55%	65,24%	3,39%
4.2.	JUNTAS DE FREGUESIA	567.030,47	371.697,24	369.917,88	65,55%	65,24%	3,39%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2.501.359,88	1.436.335,65	1.349.765,49	57,42%	53,96%	12,36%
4.3.1.	ENSINO SUPERIOR	20.250,00	20.250,00	20.250,00	100,00%	100,00%	0,19%
4.3.2.	SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS	2.481.109,88	1.416.085,65	1.329.515,49	57,07%	53,59%	12,18%
		21.708.066,29	16.698.081,94	10.917.955,22	76,92%	50,29%	100,00%

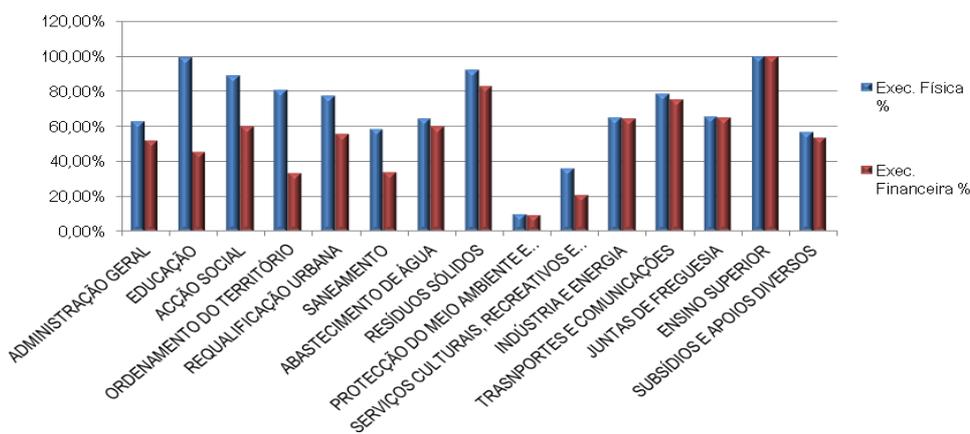
Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2013

GRÁFICO 7 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SECTORES ESTRUTURAIS 2013



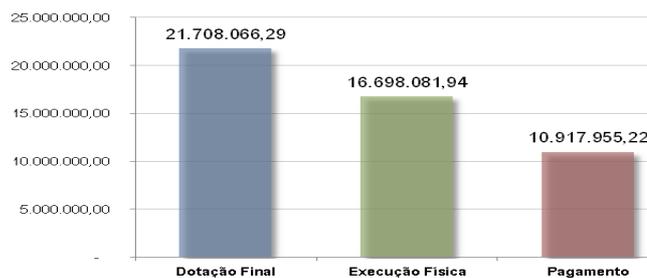
Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2013

GRÁFICO 8 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO 2012



Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2013

GRÁFICO 9 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – DOTAÇÃO FINAL E EXECUÇÃO FÍSICA



Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2013

QUADRO 12 – RESUMO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) / 2013

(Euros)

CLASS. FUNC.	GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SECTORES ESTRUTURAIS	Execução GOP	
		€	%
1	FUNÇÕES GERAIS	1.168.496,02	10,70%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	6.619.938,96	60,63%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.409.836,87	12,91%
4	OUTRAS FUNÇÕES	1.719.683,37	15,75%
TOTAL		10.917.955,22	100,00%

Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2013

As Grandes Opções do Plano (GOP) incluem os projectos mais relevantes do Município de Óbidos (PAM – despesas correntes) e os investimentos (PPI – despesas de capital). As despesas com o pessoal e os gastos gerais de funcionamento não estão incluídos, pelo que o total das GOP é inferior ao total geral do Orçamento da Despesa.

Fará sentido analisar a execução das GOP por sector de actividade, uma vez que esta análise permitirá averiguar do grau de convergência entre a execução real e a estratégia e prioridades do executivo.

As FUNÇÕES GERAIS, que traduzem 10,70% do total das GOP, incluem as ações relacionadas com o funcionamento geral e directo do Município de Óbidos e assumiram grande relevância ao nível da amortização de empréstimos bancários e da aquisição de imóveis. O pagamento da restante faturação referente ao Edifício Multiserviços de A-dos-Negros e ao complexo logístico municipal contribuíram também para a execução das funções gerais.

Indubitavelmente, as FUNÇÕES SOCIAIS têm a maior expressão da despesa por sector de actividade, com 60,63%, e incluem os projectos mais próximos da linha de tendência estratégica, nomeadamente a educação, que implica despesa para o funcionamento, conservação e manutenção de todo o parque escolar. As funções relacionadas com a saúde e acção social, cujas despesas revestem um carácter corrente, não implicam avultados investimentos para o seu normal funcionamento, como se pode comprovar pelo Programa Crescer Melhor, pela Cozinha Municipal, pelo Melhor Idade, pelo Óbidos Solidário, pelo Saúde Melhor, entre outros. De relevar que os apoios

financeiros aos parceiros e a instituições com intervenção social são consideradas nas OUTRAS FUNÇÕES. O abastecimento de água, o saneamento, a recolha e o tratamento de resíduos sólidos são despesas incontornáveis da atividade municipal e enquadram-se também nas funções sociais. A sua elevada execução financeira não traduz os consumos efetivos, mas sim os pagamentos de faturação no âmbito do PAEL. Salienta-se ainda que as funções sociais incluem a recuperação do Património no âmbito da candidatura “Óbidos Criativa”.

No âmbito das FUNÇÕES ECONÓMICAS com 12,91% do total das GOP, está refletida a execução de investimentos na rede viária, para os quais não houve qualquer financiamento a fundo perdido, bem como a iluminação pública e os transportes urbanos.

Nas OUTRAS FUNÇÕES são registados os apoios de âmbito social já atrás mencionados, mas também o contrato-programa com a Óbidos Criativa, EEM e o apoio à construção dos edifícios centrais do Parque Tecnológico.

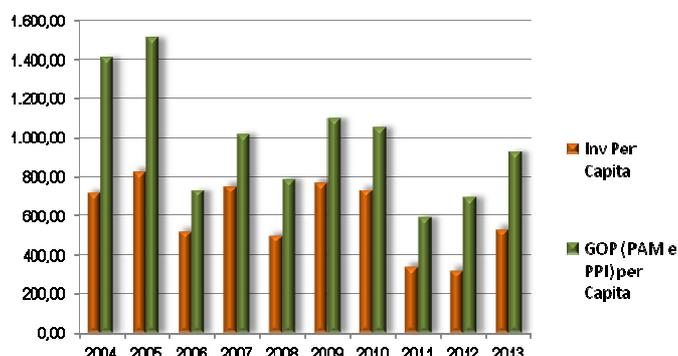
QUADRO 13 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS (GOP) 2006-2013

(Euros)

Designação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1. Dotação Inicial	16.505.529,76	15.323.681,87	13.120.438,16	26.187.422,42	21.056.555,65	12.280.504,25	11.198.064,34	14.737.703,14
2. Dotação final	13.894.379,41	13.584.957,99	13.694.800,05	21.591.565,90	17.617.713,64	12.280.504,25	9.759.767,49	14.737.703,14
3. Realizado	6.199.963,97	8.996.012,50	5.922.509,04	9.219.486,98	8.757.971,53	3.973.234,24	3.764.016,48	6.239.730,65
Coef. Realização	44,62%	66,22%	43,25%	42,70%	49,71%	32,35%	38,57%	42,34%
GOP	8.774.688,67	12.212.317,76	9.461.746,73	13.139.058,26	12.614.323,07	6.960.658,02	8.148.993,17	10.917.955,22

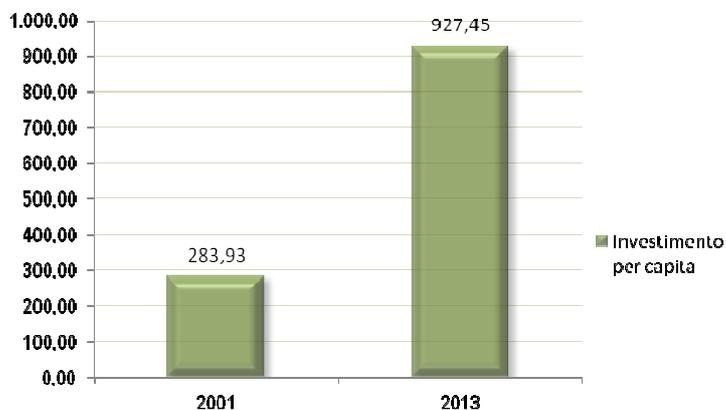
Fonte: Resumo da execução orçamental anual

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS E DAS GOP (PAM E PPI) PER CAPITA



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

GRÁFICO 11 – VALORES INVESTIDOS 2001 e 2013



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

A estratégia definida pelos executivos, anterior e atual, está bem patente na evolução dos investimentos *per capita*, que traduzem o forte enfoque nas políticas direcionadas para os três vértices base – Educação, Desenvolvimento Comunitário e Competitividade/Criatividade.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma análise financeira, de custos e proveitos, activos e passivos. As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Município de Óbidos, reportada ao final do exercício económico de 2013, permitindo uma análise da autarquia, entre outros, quanto ao seu grau de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez

2.2. BALANÇO

ACTIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
Imobilizado	87.208.132,47	Fundos Próprios	68.298.115,01
Bens do Domínio Público	33.091.600,14	Património	40.804.841,60
Imobilizações Incorpóreas	99.259,46	Reservas	2.420.988,19
Imobilizações Corpóreas	52.345.833,07	Doações	7.852,70
Investimentos Financeiros	1.671.439,80	Resultados Transitados	27.796.496,89
Circulante	12.888.942,17	Resultado Líquido do Exercício	-2.732.064,37
Existências	315.464,85	Passivo	31.798.959,63
Dívidas de Terceiros - CP	6.546.906,30	Provisões para riscos e encargos	1.070.082,34
Depósitos instit. Financ. E Caixa	1.381.888,63	Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	9.279.107,75
Acréscimos e Diferimentos	4.644.682,39	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.650.564,85
		Acréscimos e Diferimentos	19.799.204,69
TOTAL DO ACTIVO	100.097.074,64	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	100.097.074,64

Fonte: Balanço 2013

De referir nos bens do domínio público estão registadas as redes viária, de águas e de saneamento, enquanto as imobilizações corpóreas englobam todos os bens do domínio privado do Município. O quadro abaixo pormenoriza a tipologia de bens registada no imobilizado.

2.2.4. IMOBILIZADO

ACTIVO LÍQUIDO	
Imobilizado	87.208.132,47
Bens do Domínio Público	33.091.600,14
Terrenos e recursos naturais	196.183,85
Edifícios	21.661,63
Outras construções e infraestruturas	32.613.256,09
Bens o patrim. Hist., artist. Cultural	209,20
Outros bens do domínio público	11.003,32
Imobilizações em curso	249.286,05

Imobilizações Incorpóreas	99.259,46
Despesas de investigação e desenvolvimento	92.959,46
Propriedade industrial e outros direitos	6.300,00
Imobilizações Corpóreas	52.345.833,07
Terrenos e recursos naturais	15.157.293,52
Edifícios e outras construções	34.566.449,49
Equipamento básico	694.904,57
Equipamento de transporte	130.731,34
Ferramentas e utensílios	9.029,97
Equipamento administrativo	168.322,76
Outras imobilizações corpóreas	263.893,17
Imobilizações em curso	1.355.208,25
Investimentos financeiros	1.671.439,80
Partes de capital	1.671.439,80

Fonte: Balanço 2013

QUADRO 14 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 2006-2010 (Valor de aquisição)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total/anos
Rústico	422.225,00 €	415.407,38 €	635.118,92 €	225.875,00 €	170.997,00 €	185.977,00 €	220.000,00 €	5.600,00 €	4.559.230,62 €
Urbano	586.500,00 €	132.421,50 €	135.000,00 €	356.432,25 €	608.567,75 €	- €	- €	120.000,00 €	3.263.639,01 €
TOTAL	1.008.725,00 €	547.828,88 €	770.118,92 €	582.307,25 €	779.564,75 €	185.977,00 €	220.000,00 €	125.600,00 €	7.822.869,63 €

Fonte: Execução PPI anual

A aquisição de prédios rústicos registada em 2013 inclui a aquisição de prédio urbano no Largo de São Marcos, em Gaeiras, bem como a celebração de escritura de aquisição de parcela de terreno para onde está instalada a Estação Elevatória de Esgotos de A-da-Gorda.

2.2.5. DISPONIBILIDADES

DISPONIBILIDADES	1 Janeiro 2013	31 Dezembro 2013
Caixa	1.143,91	50.016,23
Depósitos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	779.722,37	1.024.239,68
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	338.548,15	283.192,10
Banco Espírito Santo	20.850,27	11.476,85
Banco BPI	58.295,85	7.063,61
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	332.154,63	5.900,16
TOTAL GERAL	1.530.715,18	1.381.888,63

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2013

2.2.6. PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Em 2013 não houve qualquer movimento relativo a subscrições de capital.

Entidades	Anos Anteriores	2013
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	498,80	0,00
Águas do Oeste, S A	501.430,00	0,00
Centro Op. Tecn. Hort. Nac.-COTHN	1.500,00	0,00
Trevoeste, S.A.	5.125,00	0,00
Óbidos Criativa - E.M.	1.137.886,00	0,00
OBITEC - Associação Óbidos Ciência e Tecnologia	25.000,00	0,00
Sub - Total	1.671.439,80	0,00
Total	1.671.439,80	

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2013

2.2.7. DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZOS (Empréstimos Bancários)

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	1 Janeiro 2013	31 Dezembro 2013
Caixa Geral de Depósitos	1.437.130,07	1.265.036,45
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	49.518,74	36.394,94
Banco BPI	2.990.000,00	2.990.000,00
BBVA	1.833.476,51	1.591.699,43
CGD - PAEL	0,00	3.395.976,93
TOTAL GERAL	6.310.125,32	9.279.107,75

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2013

Os encargos com os empréstimos em vigor, e relativamente ao período em análise totalizaram € 1.033.435,88:

- Amortização da dívida no valor de € 870.761,33;
- Juros no valor de € 162.674,55.

A adesão do município de Óbidos ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) produziu efeitos em 2013, pelo que justifica o aumento do capital em dívida.

Os limites legais do endividamento foram integralmente cumprido, de acordo com a legislação em vigor.

Os principais indicadores financeiros revelam que a saúde económico-financeira do Município de Óbidos tem registado níveis bastante confortáveis, com uma liquidez geral e um grau de solvabilidade sólidos que demonstram o fraco contributo do Passivo face às disponibilidades e dívidas de terceiros, para além de demonstrarem o fraco grau de endividamento total do Município.

INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS (%)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Liquidez Geral (Ativo circulante / Passivo circulante)	64,19%	80,76%	72,59%	45,44%	71,78%	208,29%	227,84%	499,48%
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	366,26%	515,56%	439,72%	93,60%	90,58%	372,26%	239,51%	213,57%
Endividamento (Passivo / Ativo)	21,45%	16,25%	18,53%	51,65%	52,47%	21,17%	29,45%	31,95%
Autonomia financeira (Fundos Próprios/Ativo)	78,55%	83,75%	81,47%	48,35%	47,53%	78,83%	70,55%	68,23%
Cobertura do Ativo (Ativo total/Passivo total)	466,26%	615,56%	539,72%	193,60%	190,58%	472,26%	339,51%	313,01%
Estrutura do endividamento M/LP (Emp M/LP/Ativo total)	10,77%	7,78%	5,46%	7,01%	9,46%	4,11%	6,26%	9,27%
Património/Ativo total %	-15,14%	-12,33%	65,95%	61,68%	54,91%	24,45%	40,46%	40,77%

Fonte: Balanço 2013

O grau de liquidez geral tão elevado indica que o passivo de curto prazo, ou a dívida a fornecedores, é bastante baixo face ao ativo circulante do Município. Este indicador permite perspetivar a continuidade da liberdade de tesouraria bastante confortável para 2014, possibilitando uma continuidade da redução da dívida de curto prazo.

Apesar do empréstimo contratado no âmbito do PAEL ter sido utilizado, aumentando o capital em dívida, o endividamento global mantém num nível muito baixo. Aliás refletido no confortável cumprimento dos limites legais de endividamento de médio e longo prazo.

2.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os proveitos e ganhos do exercício, tal como já tinha sido constatado na análise orçamental, no que concerne à venda de produtos (água) e prestações de serviços, decresceu ligeiramente relativamente ao ano anterior. No entanto, e como se pode verificar pelo comparativo de 2012, o montante dos proveitos evolui quase linearmente, sem grandes oscilações.

Quanto aos custos e perdas operacionais, também estes registam uma ligeira tendência decrescente. As remunerações aumentaram pelo pagamento do subsídio de férias em 2013, que não se tinha verificado em 2012.

O resultado líquido negativo em 2013 não se prende apenas com os custos e proveitos operacionais, mas sobretudo pelos custos e perdas extraordinários. Nesta rubrica estão considerados os reembolsos dos Impostos Municipais referentes a anos anteriores e que em 2013 foram extraordinariamente elevados (cerca de 440.000€).

Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo influenciado pelo pagamento de juros de empréstimos bancários e pelo pagamento de juros de mora.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2013
Custos	14.980.000,31
Proveitos	12.247.935,94
Resultado Líquido	-2.732.064,37
<hr/>	
Resultados Operacionais	-1.658.021,33
Resultados Financeiros	-300.298,82
Resultados Correntes	-1.958.320,15

Fonte: Demonstração de resultados 2013

Para o resultado líquido negativo concorrem situações excecionais que não se prendem apenas com os custos diretamente relacionados com a atividade do Município (custos e perdas extraordinárias).

Em 2013, os custos espelham as transferências para a OBITEC, para apoio à construção dos edifícios centrais e para a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria, para a

construção da igreja em Gaeiras, que totalizaram aproximadamente 480.000€. Também os reembolsos de impostos (sobretudo IMT) anormalmente elevados de mais de 470.000€ contribuem para o aumento de custos.

Se a esta situação de custos extraordinários, se considerar a receita a receber da Crissier relativa à prestação de dezembro de 2013 que só foi recebida em 2014, e o remanescente das prestações anteriores, num total de 1.647.024,96€, constata-se que o resultado líquido foi negativamente influenciado. **Numa situação corrente, portanto, sem estes custos extraordinários, o resultado líquido apenas ficaria pouco acima dos 100.000€ negativos.**

3. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

3.2. DÍVIDAS DE TERCEIROS

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Administração Autárquica	573.811,04	573.811,84	573.811,84	573.811,84	573.811,84	573.811,84	573.811,84	573.811,84
Contribuintes c/c	0,00	22,55	5,00	50,00	0,00	0,00	0,00	5,50
Utentes c/c	203.884,66	181.232,31	233.375,97	214.145,43	416.001,41	796.006,85	603.527,85	640.403,15
Cliente, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	59.261,40	61.900,24	2.105.246,10	2.073.100,18	1.656.924,76	1.503.838,25	1.443.285,35	1.368.244,67 ^{a)}
Estado e Outros entes Públicos	0,00	31.301,28	0,00	0,00	0,00	1.647,30	8.204,12	0,00
Outros devedores e credores				81.184,86	1.751.755,86	8.905.261,64	6.259.790,75	3.964.441,14
Total	836.957,10	848.268,22	2.912.438,91	2.942.292,31	4.398.493,87	11.780.565,88	8.888.619,91	6.546.906,30

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2013

a) – Não inclui juros de mora, por não estarem contabilizados nesta conta.

A rubrica dívidas de terceiros inclui a receita emitida e não cobrada, relativa às Vendas de Bens e Serviços (principalmente da venda de água), quer nas dívidas de utentes conta corrente, quer nas cobranças duvidosas (execuções fiscais), bem como à compensação das infra-estruturas do Bom Sucesso por parte do loteador para com o Município.

Porém, e tal como atrás mencionado, a rubrica outros devedores e credores inclui a receita proveniente do empreendimento da Falésia d'el Rey cujo pagamento tem sido faseado.

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa espelham apenas a dívida de terceiros que não se encontra provisionada. Ou seja, a dívida, por exemplo, da Proturis está registada parcialmente nesta conta, já que foi constituída provisão para a restante dívida em conta adequada.

3.3. DÍVIDAS A TERCEIROS

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida de curto prazo (balanço)	2.626.967,61	2.851.931,38	5.534.401,54	9.218.312,77	7.726.503,64	6.531.072,00	4.698.611,43	1.650.564,85
Dívida curto prazo (autofinanciamento)	2.626.967,61	2.851.931,38	5.534.401,54	9.218.312,77	7.726.503,64	6.531.072,00	4.698.611,43	1.120.196,53
Dívida médio/longo prazo	3.109.750,41	2.761.856,80	2.407.457,62	3.857.019,46	5.848.185,74	6.136.655,13	6.310.125,32	9.279.107,75
Dívida curto, médio e longo prazo	5.736.718,02	5.613.788,18	7.941.859,16	13.075.332,23	13.574.689,38	12.667.727,13	11.008.736,75	10.399.304,28
Dívida curto prazo /Total da despesa	17,24%	14,79%	32,71%	42,10%	36,11%	42,47%	29,33%	5,72%
Dívida longo prazo /Total da despesa	20,41%	14,32%	14,23%	17,61%	27,33%	39,90%	39,39%	47,37%
Dívida curto, médio e longo prazo /Total da despesa	54,89%	43,90%	79,66%	101,81%	99,56%	124,84%	98,05%	53,09%

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2013

Para efeitos de análise da dívida, fará todo o sentido considerar a dívida que implica autofinanciamento por parte do Município. Portanto, regista-se o valor da dívida que consta do balanço, mas exclui-se a fatura relativa à empreitada para requalificação da Escola Básica e Secundária Josefa d'Óbidos, no montante de 530.368,32€ uma vez que esta despesa tem financiamento a 100% e não tem, assim, qualquer relevo para a dívida cujo pagamento o Município terá que garantir.

A dívida a terceiros de curto prazo inclui principalmente as dívidas a fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a prestadores de serviços (outros credores), enquanto a dívida de médio/longo prazo é relativa ao capital em dívida de empréstimos bancários. A dívida de curto prazo, com o pagamento de dívida, diminuiu mais de 3,5M€ (cerca de 76%). Verificando que a dívida de médio/longo prazo,

com o recurso ao empréstimo do PAEL, aumentou em menos de 3M€ (cerca de 47%), concluiu-se que o Município fez um **esforço de tesouraria de mais de 600.000€ para pagamento de dívida de curto prazo**. Aliás, o gráfico abaixo ilustra claramente o decréscimo da dívida de curto prazo.

Fazendo ainda um exercício de comparação com o ano de 2009, se considerarmos a dívida de curto, médio e longo prazo de **2013**, no total de 10.399.304,28€ e a dívida de terceiros no montante de 7.798.156,17€ (incluindo a dívida total da Proturis), apura-se o **stock da dívida efetivo de 2.601.148,11€**. Assim, comparativamente com **2009**, em que o stock da dívida total foi de **10.133.039,92€**, existirá um **decréscimo de 7.531.891,81€ (74,33%) da dívida total efetiva**.

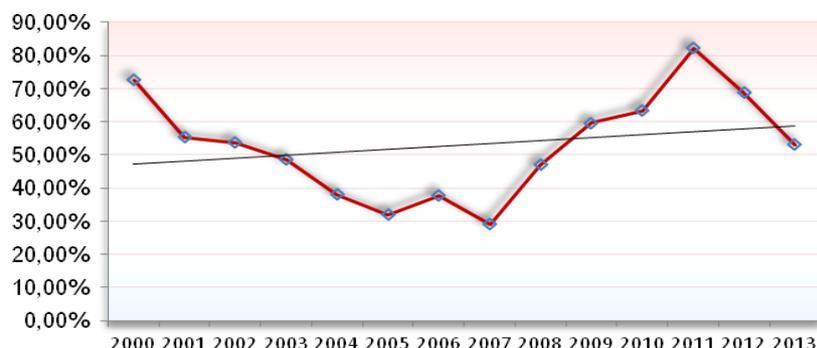
As linhas em que assenta o próximo quadro comunitário vêm, agora, confirmar as opções realizadas no mandato anterior, uma vez que os investimentos em que antes se apostou serão agora objeto de discriminação negativa na atribuição de financiamento, o que permite concluir que, a não serem desenvolvidos antes, dificilmente o concelho poderia vir a beneficiar deles. Precisamente em 2009 registou-se um pico de dívida proveniente de investimentos fundamentais ao desenvolvimento do concelho. Pese embora o conjunto de investimentos tivesse sido concentrado sobretudo no ano de 2009, foi a oportunidade encontrada pelo executivo para financiar e concretizar investimentos que de outra forma ou noutro *timing* não poderiam ser realizados. Desde então, tem sido feito um esforço para diminuição da dívida total, como se pode verificar pelo gráfico abaixo.

GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA 2002-2013



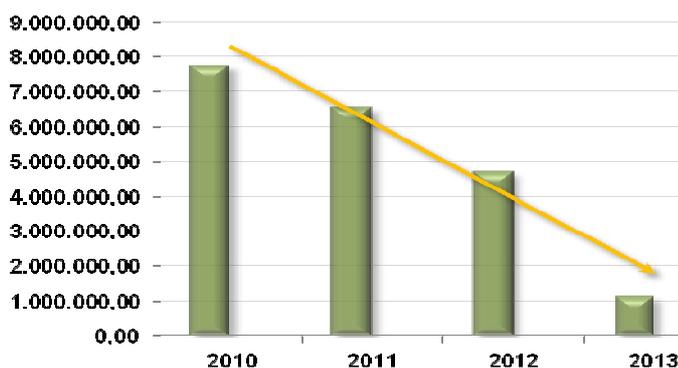
Fonte: Balancetes sintético do plano geral

GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DÍVIDA NO TOTAL DA DESPESA 2000-2013



Fonte: Balancetes sintético do plano geral

Comparação Dívida curto prazo 2010-2013



Fonte: Balancetes sintético do plano geral

A dívida de curto prazo desde 2010 diminuiu 6,6M€, que equivale a um decréscimo de 85,5% da dívida a fornecedores.

3.4. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Locação Financeira	88.509,05 €	150.670,94 €	173.895,92 €	231.254,45 €	177.833,16 €	91.029,69 €	40.813,99 €	8.218,22 €

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2013

A locação financeira concorre para as dívidas a terceiros de médio prazo, uma vez que os contratos celebrados se prolongam por vários exercícios económicos. Os contratos de locação dizem respeito à aquisição de equipamento de transporte e maquinaria, e são anteriores a 2012.

4. INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A execução orçamental e do plano, que espelha toda a política de gestão do Município, é passível de análise financeira através fundamentada e medida através de indicadores de gestão, que permitem uma visualização directa do que tem sido a evolução da autarquia nos últimos 8 anos.

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)

Rácios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Impostos Diretos/ Receitas Correntes	47,83%	62,28%	51,15%	46,75%	35,69%	34,58%	31,76%	35,29%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	21,22%	17,50%	18,36%	19,41%	19,74%	21,02%	19,64%	22,34%
Transferências Capital/Receitas Capital	66,75%	81,00%	90,65%	53,24%	48,31%	61,44%	18,48%	39,46%
Passivos financeiros/Receitas Capital	0,00%	0,00%	0,00%	24,77%	27,82%	15,54%	6,54%	52,78%
Rec. Correntes/ Rec. Totais	76,07%	77,12%	86,76%	67,93%	61,86%	81,33%	85,01%	64,42%

RÁCIOS DE GESTÃO (%)

Rácios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas Correntes/Receitas Correntes	80,76%	68,54%	75,86%	86,05%	94,72%	86,99%	89,71%	107,16%
Despesas Capital/Receitas Capital	176,14%	202,05%	268,13%	132,95%	106,45%	131,98%	54,72%	90,71%
Despesas Pessoal/Receitas Correntes	35,01%	27,30%	31,44%	38,39%	44,17%	44,03%	36,86%	40,67%
Despesas Pessoal/ Despesas Correntes	43,35%	39,83%	41,44%	44,61%	46,63%	50,61%	41,09%	37,95%

RÁCIOS DE INVESTIMENTO

Rácios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Investimentos / Despesa								
Total %	30,19%	39,50%	25,46%	36,11%	35,95%	21,57%	16,01%	24,32%
Investimentos /								
População (€) *	390,76 €	647,12 €	365,92 €	671,72 €	653,38 €	281,81 €	217,89 €	404,69 €
Investimentos / Área do								
Concelho (€) **	32.258,16 €	53.421,40 €	30.207,26 €	55.452,06 €	53.938,14 €	23.264,01 €	17.987,24 €	33.407,92 €

* - População = 11.772 habitantes

** - Área Concelho = 142,6 km²

Como consequência do aumento dos investimentos em 2013, o rácio do investimento *per capita* também aumentou face aos anos anteriores. Nos anos em que os rácios oscilam acima destes valores, efetivamente realizaram-se investimentos avultados, nomeadamente o Complexo Escolar dos Arcos (2007), os Complexos Escolares do Alvito e do Furadouro e o complexo Logístico Municipal (2009 e 2010).

RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE

Rátios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População /Total funcionários (un)	48,64	45,28	39,11	32,70	33,54	34,12	36,67	38,72
Despesas com Pessoal /Investimentos (%)	85,16%	53,80%	105,78%	71,53%	76,62%	173,99%	196,31%	106,33%
Investimentos /Total funcionários (€)	19.008,32 €	29.299,58 €	14.310,81 €	21.965,18 €	21.913,33 €	9.615,79 €	7.990,60 €	15.670,95 €
Receita Total /Total funcionários (€)	60.783,34 €	74.851,03 €	55.504,95 €	60.252,68 €	61.454,04 €	46.727,51 €	50.062,87 €	63.601,81 €
Despesa de funcionamento /Total funcionários (€)	31.074,42 €	33.608,62 €	29.936,78 €	28.859,58 €	28.934,16 €	28.100,93 €	32.339,03 €	38.314,21 €

Em 2013 registou-se a saída de 34 colaboradores e a admissão de 17 colaboradores, o que se traduz numa redução de número de efetivos que trabalham em prol do Município. Como tal, e sabendo que o número de habitantes praticamente não alterou nos últimos anos, o rácio de número de habitantes por funcionário é superior ao ano transato.

Como é evidente, as despesas com o pessoal não poderão ser diretamente proporcionais aos investimentos. Os funcionários têm atribuições que permitem assegurar o funcionamento dos serviços e dar resposta às populações. Este fator não está diretamente dependente dos investimentos que o Município realiza. A única leitura direta que poderá merecer será a de que os projetos municipais, tenham ou não por base investimentos, necessitam de colaboradores para os executar e manter.

5. CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS

Nos termos do n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro da autarquias locais, ou nova lei das finanças locais), o Município de Óbidos apresentará contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Porém, o n.º 2 do artigo 76.º da referida norma legal diz que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelo órgão executivo de forma a serão submetidos à aprovação do órgão deliberativo na sua reunião de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Assim, não serão presentes nos documentos de prestação de contas individuais do Município os documentos consolidados do grupo municipal.

6. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

Em cumprimento do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto (PAEL), do relatório de gestão deve constar anexo relativo ao PAEL. Assim, e uma vez que o Município de Óbidos aderiu a este Programa, o presente documento faz agora referência ao empréstimo contratado no âmbito do referido diploma legal.

Após aprovação na Assembleia Municipal de 11 de outubro de 2012, à data de 16 de novembro de 2012 foi celebrado entre o Estado Português e o Município de Óbidos o Contrato de Empréstimo no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), pelo montante de € 3.839.743,76, com prazo de 14 anos e taxa de juro correspondente ao custo de financiamento da República Portuguesa acrescido de 15 pontos base nas datas de vencimento de juros. Os juros serão pagos semestral e postecipadamente em maio e novembro de cada ano. Foi visado pelo Tribunal de Contas, em sessão ordinária de visto, em 18 de dezembro de 2012.

A disponibilização do montante contratado, por parte da Direção Geral do Tesouro, verificou-se por duas tranches, de 70% e 30%, nos montantes de € 2.687.820,63 e € 1.151.923,13, respetivamente.

Ambas as tranches foram recebidas em 2013, em janeiro e junho respetivamente. Após o recebimento da 2.ª tranche, o Município foi informado de que deveria proceder à devolução de 209.115,83€ por se considerarem não elegíveis, já que o seu pagamento foi efetuado em data anterior à da apresentação da candidatura. Apresenta-se abaixo mapa resumo dos movimentos bancários ocorridos em 2013 referentes ao empréstimo contratado no âmbito do PAEL.

EMPRÉSTIMO PAEL	Montante	Data	Amortizações	Juros
1.ª tranche	2.687.820,63	28-01-2013	191.987,18	44.039,30
2.ª tranche	1.151.923,13	25-07-2013	251.779,65	9.338,26
TOTAL	3.839.743,76		443.766,83	53.377,56

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto-lei nº 54-A/99 (POCAL), de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- Reforço do património;
- Constituição ou reforço de reservas.

O ponto 2.7.3.4 do POCAL obriga a um reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – Património corresponda a 20% do ativo líquido.

O mesmo diploma legal, no ponto 2.7.3.5, refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 - Reservas Legais, no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Ano de 2013

Atendendo a que a conta 51 – Património corresponde a 40,5% do ativo líquido, não há necessidade de reforço do património.

Como o resultado líquido do exercício é negativo, não há lugar a constituição do reforço anual da conta 571 – Reservas Legais.

Assim, propõe-se a transferência dos resultados líquidos para a conta 59 – Resultados Transitados.

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de 2014

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de 2014